

## RECENSÕES / BOOK REVIEWS

---

---

PACHECO, C. S. *et. al.* (Orgs). *América Latina hoje: Rupturas e continuidades*. Curitiba: Instituto Memória. Centro de Estudos da Contemporaneidade, 2020, 442 p.

---

O livro *América Latina hoje: rupturas e continuidades*, organizado por seis pesquisadores(as) Carolina Simões Pacheco, Kauê Pessoa, Maria Tarcisa Silva Bega, Tatiane Salette de Almeida Virginia, Therezinha Kesting e Walmir José Braga Faria Junior, e publicado pelo Instituto Memória: centro de estudos contemporâneos, é resultado de um esforço coletivo. Esforço realizado em uma década de pesquisa, reflexão e debate no Seminário Nacional de Sociologia & Política.

*América Latina hoje: rupturas e continuidades* é um livro memória. Uma reflexão coletiva que, ao tempo em que faz os registros das agendas debatidas, comemora, também, os 10 anos do Seminário Nacional de Sociologia & Política. Todavia, não se trata de apenas mais um livro sobre a América Latina. Longe disto. É o resultado de uma experiência coletiva que se iniciou em 2009 e que, no decorrer dos dez anos, tem se transformado em espaço qualificado de reflexão e debate público sobre temas da agenda nacional e internacional.

*América Latina hoje: rupturas e continuidades* é uma produção que reúne esforços de trinta e três pesquisadores. Neste livro abordam-se temas variados. Os temas formam um mosaico que dão sentido a totalidade e a complexidade da América Latina. Embora dividido em duas partes, a primeira se comunica semântica e organicamente com a segunda. Há, no decorrer dos 10 anos do Seminário Nacional de Sociologia & Política, uma síntese reflexiva das temáticas abordadas nas mesas redondas, palestras, conferências e GTs. Esta produção coletiva tem a proeza de registrar as reflexões ocorridas no seminário, de modo que, o leitor, que não teve a oportunidade de participar destes acontecimentos científicos no Seminário Nacional, tem agora, em mãos, a possibilidade de ler as reflexões realizadas.

Na “*América Latina hoje: rupturas e continuidades*” o leitor encontrará uma pluralidade de temas nacionais e internacionais que foram abordados nos 10 anos de Seminário. Os temas abordados no livro, da forma como estão dispostos, na primeira e

na segunda parte, vão contribuindo para se pensar os problemas, as agendas e os desafios à reflexão das ciências sociais para a construção do debate público no Brasil e na América Latina. A leitura dos textos permite ao leitor caminhar pelo livro sem que, necessariamente, precise lê-los de forma linear. É possível lê-los separadamente. São vários os temas; a escolha ficará de acordo com a vontade do leitor.

Em um contexto como este que estamos vivenciando no Brasil e em outros países na América Latina, em que governos progressistas foram destituídos através de golpes parlamentares, experienciamos a ascensão de líderes com práticas autoritárias e que assumem a negação da ciência e o discurso da anti-política, a reflexão realizada em “*América Latina hoje: rupturas e continuidades*” chega em boa hora para lançar luz sobre temas e problemas cruciais a esta região. As agendas de pesquisa abordadas vão do debate sobre Democracia, liberdade, participação popular, regimes autoritários, desindustrialização, políticas de austeridade, precarização do trabalho às reflexões sobre integração da América Latina, colonialismo, mercado e agricultura familiar, neoliberalismo, saberes de comunidades afro descendentes, dentre tantos outros, que estão presentes no livro.

A reflexão, construída pelos trinta e três pesquisadores, forma um mosaico que, embora escrito de forma particularizada, tem uma abrangência sobre temas pertinentes ao todo complexo e multifacetado que é a América Latina. Rupturas e continuidades se fazem presentes neste processo dialético e contraditório das lutas por democracia, liberdade e igualdade. “*América Latina hoje: rupturas e continuidades*” é um convite à reflexão sobre os temas mencionados e um registro coletivo das vozes que não se cansam de lutar por uma América Latina justa e igualitária, livre e democrática.

*José Marciano Monteiro*<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Doutor em ciências sociais e professor na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: jm.monteiro17@gmail.com

---

GALLO, Silvio; MENDONÇA, Samuel. (org.). *A escola: uma questão pública*. São Paulo: Parábola, 2020, 224 p. ISBN: 978-85-7934-180-9.

---

O livro *A escola: uma questão pública*, contém 224 páginas, 11 capítulos e foi organizado por Gallo e Mendonça (2020). Resulta do III Congresso da Sociedade Brasileira de Filosofia da Educação, que ocorreu em 2018, na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, que contou com financiamento da CAPES e do CNPq e envolveu pesquisadores de várias universidades brasileiras na discussão do tema geral: Escola: problema filosófico. Os textos analisam problemas filosóficos não apenas da instituição escolar, mas, também de políticas educacionais, de movimentos sociais, de professores e de estudantes. Os organizadores defendem a importância da Filosofia nas instituições escolares e clamam por uma atuação mais atenta para se pensar a escola, na medida em que necessitam de uma perspectiva mais ampla. O enfrentamento de problemas da escola não pode se limitar a pedagogos, professores e cientistas da escola, como já defendeu o filósofo francês Denis Kambouchner.

Silvio Gallo é professor titular da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas e pesquisador do CNPq. Suas investigações estão no campo da filosofia francesa contemporânea em interface com a educação, bem como relacionam anarquismo e ensino da filosofia. Foi presidente da SOFIE entre 2014 e 2018. Samuel Mendonça é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Campinas, pesquisador do CNPq e Presidente da Sociedade Brasileira de Filosofia da Educação. Suas pesquisas contemplam a epistemologia, a natureza e o método de pesquisas em educação.

O Capítulo 1, *A Filosofia, a Escola e o experimentum formativo: a libertas como cultivo da soberba inflamada*, de Claudio A. Dalbosco, examina relação filosofia e escola, com base em alguns enunciados gerais como por exemplo *A tarefa da filosofia consiste em pensar a escola como experimento formativo*. A filosofia precisa desvencilhar-se de pressuposições metafísicas e ser capaz de fazer pensar em uma visão pós-humana, sem abandonar sua atitude originária. A filosofia precisa ofertar um diagnóstico do tempo presente e futuro dos acontecimentos imprevisíveis e das fraquezas humanas e sociais. O autor enfatiza a questão do ócio estudioso que repousa na tarefa ética do sujeito e o cultivo de si mesmo para evitar a soberba inflamada. No que se refere à educação escolar, deve voltar-se contra a escola empresarial e contra a redução do tempo escolar baseado, com

foco na rentabilidade econômica e no desempenho por resultados. A soberba inflamada agravou-se com a importância da tecnologia e da ambição pelo lucro. O indivíduo neoliberal, vaidoso, exagera no amor por si mesmo, torna-se um individualista. A escola, como lugar formativo, torna-se indispensável para resistir à soberba humana.

O Capítulo 2, Resistências ao cotidiano escolar de exceção: o ingovernável, a desobediência e o julgar reflexivo, de Pedro A. Pagni, remonta a tradição filosófica referente à ontologia do presente para entender as formas de subordinação na atualidade que se aproximam e formam um sujeito servil. O autor analisa até que ponto a escola colaborou com o servilismo, treinando-nos a aceitar o inaceitável no presente. Discute-se, também, as formas atuais de sujeição dos atores da escola em razão da ausência da filosofia da educação. O autor apresenta a escola como um problema filosófico no presente e a ética dos seus atores agenciável por resistência. No campo das práticas educacionais, a escola poderia ser pensada como um problema filosófico, próprio ao trato da filosofia e do julgar reflexivo. Mesmo com outro paradigma, as pesquisas em filosofia da educação se adentram o campo dos corpos, dos acontecimentos e dos agenciamentos que acontecem na escola. Sobre o estranhamento para filosofar, ele é maior no ensino e à docência de filosofia da educação nos cursos de formação de professores. Encontrar um caminho adequado na formação dos futuros professores de filosofia aparenta ser desafio para os professores de filosofia da educação.

O Capítulo 3, Ser professor: cerceamentos paradigmáticos e armadilhas ideológicas, de Marcos Antônio Lorieri, avalia a ideologia como processo que dissimula as relações de poder. Um dos papéis primordiais da reflexão filosófica é submeter a análises discursos ideológicos, a começar a esclarecer os verdadeiros interesses velados. O educador necessita de formação filosófica, como outras formações científicas. A educação como uma das práticas humanas mais nobres se propõe a ajudar os indivíduos a serem melhores. Assim, a necessidade da reflexão filosófica na formação e na prática do educador professor. Com a precária formação dos educadores, há necessidade de uma discussão para que não se perca a dimensão humanística e se supere entendimentos rasos, bem como os desvios ideológicos.

A escola contemporânea e a desertificação institucional: o demérito da res publica refere-se ao Capítulo 4 de Alexandre Filordi de Carvalho. Não se discute o valor que a escola possui na esfera do mundo social; ela participa no preparo de gerações inteiras para a sociedade, mas é também indagadora, crítica e transformadora do mundo social. A escola deveria ser uma experiência sócio-histórica capaz de transformar a política de um

sistema social injusto e avessa às mudanças de dominação social. No entanto, os investimentos socioeconômicos administrados pelos interesses privados, ao invés de privilegiar o bem público (*res publica*), voltam-se contra a escola, num processo de abandono e desprezam seu valor simbólico ou real. A escola continua importante, mas na realidade sequestraram suas condições essenciais para seu desempenho, distanciando-a de seu status de bem público. Quiçá, não tenhamos resposta para a desertificação da escola, se não houver engajamento no processo de retorno da escola como *res publica*.

O Capítulo 5, O governo biopolítico do tempo escolar, de Divino José da Silva, apresenta a escola como tempo livre, *scholé*, como potencial para desfazer o tempo linear e, passado e futuro seriam ligados pelo tempo escolar. A defesa de tempo livre vem a ser o espaço em que os estudantes suspendem certos vínculos com a família, com o ambiente social e com o tempo produtivo. Os moldes dessa escola se filiam à tradição que traz princípios idealistas de formação que devem ser submetidos ao crivo da contemporaneidade, marcada pela governamentalidade, aplicada a todos os âmbitos da vida. O autor pensa as dificuldades de uma escola de tempo livre, já que o espírito da empresa invadiu todas as instâncias, passando a controlar o tempo-espaço escolar. A vida é coordenada seguindo o modelo de empresa e a capacidade que cada um deve rentabilizar ao máximo, tornando-se um empresário de si mesmo. Os modos de avaliar ou de diagnosticar o desempenho dos alunos são muito parecidos aos aplicados nas empresas. A intervenção se dá pelo uso de psicofármacos, para estimular a cognição e aumentar a concentração, pretendendo melhorar o rendimento escolar e cognitivo. Esses dispositivos compõem estratégias de gestão da vida, controle da saúde, da conduta moral, dos processos de aprendizagem e bom desempenho no trabalho. Portanto, o tempo da formação na escola inseriu-se à lógica da organização empresarial. Os efeitos dessa racionalidade submetem as pessoas a situações de estresse permanente, cansaço, esgotamento físico, esgotamento mental, aumento de depressivos e sujeitos com transtornos causados pela ansiedade. Não há cura da doença fora da própria doença.

O sentido da educação na sociedade contemporânea é o Capítulo 6, escrito por Pedro Goergen. A educação escolar enfrenta imenso desafio para encontrar respostas apropriadas dos sentidos e objetivos da educação diante do panorama político, econômico e cultural. A economia, a sociedade, a ciência, os valores culturais e subjetivos se movem num curso contínuo e, cada vez mais, se distanciam dos interesses humanos. O sentido da vida perde sua fixação intrínseca ao se entrosar com as manobras do mercado. A fluidez no mundo importa cada vez menos à personalidade; importa adaptá-la às

expectativas a propósitos do sistema. O parâmetro que serve para a educação contemporânea é a competitividade e o rendimento dos futuros trabalhadores no mercado de trabalho. O desafio surge quando os mais jovens são avaliados pelo desempenho produtivo com base na medida econômica, favorável à competição e a superação do outro, em desprezo ao relacionamento social. A noção de formação individual perde seu sentido e força, na medida em que as pessoas abandonam sua subjetividade e se rendem ao sistema econômico; o sucesso não depende de critérios éticos-humanista e se restringe ao operacionismo. A educação deixa de formar pessoas para criar “capital humano”; afasta-se do sentido tradicional de educação como formação humana e elabora mais a habilidade técnica para o mercado. Impõe-se à educação critérios de utilidade e produtividade, próprios do sistema econômico.

O Capítulo 7, *A autogestão nas escolas ocupadas em Paris (1968) e em São Paulo (2015)*, de Paulo Henrique Fernandes Silveira, analisa várias revoltas estudantis desde os anos de 1960, mas o movimento mais marcante ocorreu em maio de 1968, na França, com o envolvimento de estudantes de centenas de colégios e universidades. Um ano antes, em São Paulo, estudantes secundaristas ocuparam o Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo, em uma greve para reivindicar democracia e participação das decisões. Já em março de 1968, em um protesto de estudantes secundaristas e universitários por melhoras nas condições de um restaurante estudantil, quando a polícia assassinou um estudante secundarista paraense, de 18 anos de idade, Edson Luiz. No mesmo ano, em outubro de 1968, em meio à “Batalha da Rua Maria Antônia”, estudantes da Universidade de São Paulo, com barricadas, entraram em confronto com estudantes de outra Universidade, que defendiam a ditadura, e ocuparam a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Nestes três movimentos, eles foram reprimidos com violência pela polícia. Olgária Matos em um dos seus escritos que dedicou a Maio de 1968 ponderou algumas semelhanças dos movimentos que aconteceram pelo mundo: todos aconteceram por contestações culturais e por lutas antiautoritárias. Os estudantes portavam grandes bandeiras com inscrições: “Mudar a vida” (inspirada no poeta Rimbaud) e “Mudar o mundo” (inspirada em Marx). Há elementos comuns entre o movimento francês de 1968 e o movimento paulista de 2015. A principal causa do movimento francês de 1968 estava relacionada aos descontentamentos dos estudantes dos liceus e das universidades. No movimento paulista de 2015, a principal causa foi interrupção do processo de rearranjo das escolas estaduais, em setembro de 2015. Como o movimento de 1968, em Paris, o movimento secundarista de 2015, em São Paulo, foi contra uma proposta de reforma pelos

governantes, sem que fossem previamente informados. Os secundaristas paulistas se rebelaram e foram modificando suas estratégias, até que saíssem vencedores. Em ambos os protestos, a violenta repressão policial aos estudantes contribuiu para a exaltação dos movimentos.

Escolas e Problemas: uma política vitalista é o Capítulo 8, de Cintya Regina Ribeiro. A autora afirma, a partir de Deleuze e Guattari, as maneiras como configuramos os problemas implicaria colocarmos sobre julgamento os regimes de percepção que nos afastam no campo da educação e dão valor de verdade a certas maneiras de existir da escola. Para lidar com o contágio, zona de imanência, lugar em que o elemento discernível coexiste com o indiscernível, Deleuze e Guattari utilizam o conceito de percepção molecular. Paralisar nossa maneira de perceber até o limite em que se possa encontrar-se com o imperceptível, molecular - esse é o ponto mais alto de uma perspectiva que permite problematizar a escola do ponto de vista de uma filosofia imanente. Para falarmos de problemas de escola, antes é preciso falar do vitalismo que aí se encontra. O vitalismo, no sentido nietzschiano, significa um modo de pensamento que afirma a vida como medida irreduzível de valor; isto é, a vida como detentora de valor em si mesma, não podendo ser reduzida a qualquer condição alheia. Assumir o vitalismo dos problemas da escola é ser responsável pela zona de indeterminação instaurada, não respondendo mais às exigências contemporâneas, que exigem um mundo no qual valores desiguais coexistem.

O Capítulo 9, Uma escola filosófica popular?, de Walter Omar Kohan, apresenta a escola como instrumento das desigualdades de classe, na perspectiva marxista. Na tradição pós-estruturalista, a escola foi considerada ora uma instituição disciplinar (Foucault), ora modeladora da sociedade (Deleuze). O autor expõe o pensamento de Jacques Rancière, em um texto em que afirma que a skholé grega não é lugar para aprender; pois não é necessária uma escola para aprender; a skholé permite uma experiência do tempo livre, impossível no mundo do trabalho. Esse tempo livre separaria os que poderiam se dedicar a atividades “improdutivas”. Para Rancière, na escola se aprende por aprender, sem fim utilitário ou produtivo. Sugere que se possa pensar uma escola própria para a América do Sul, acompanhando a perspectiva de Simón Rodríguez, em 1826, na Bolívia, por exemplo. Nessa escola popular, a igualdade é tida como princípio e não objetivo. A escola popular de S. Rodríguez é filosófica por apresentar certas particularidades, como: hospitalidade, irreverência, comunismo e pergunta. A hospitalidade, no sentido filosófico, porque acolhe as diferenças tendo como base a

igualdade; é irreverente porque não aceita hierarquias do ser ou do saber; é comunista por fazer que as coisas materiais e imateriais sejam compartilhadas; e a pergunta, por ser objetivo da escola que as crianças aprendam a “pensar perguntando e a perguntar pensando”.

O mau encontro entre escola e humanismo é o Capítulo 10, de Júlio Groppa Aquino. Este capítulo levanta questões filosóficas *lato sensu*. No campo pedagógico contemporâneo, o humanista é considerado legitimador da ação escolar, como prática da liberdade. A ideia de liberdade e a de autonomia tem se firmado como motivos da atualidade pedagógica, sobretudo a partir do final do século XX, época da consolidação das teorias críticas de educação. Muitos pensadores trataram da liberdade em educação, mas foram Ivan Illich e Paulo Freire que tiveram maior impacto, a partir dos anos de 1970. Illich e Freire se aproximam muito na crítica da educação escolar no sistema capitalista como em suas propostas formativas libertadoras, pautadas pela convivência, pelo diálogo e pela solidariedade; embora haja também diferenças teóricas entre eles; o realce do pensamento humanista é confluência em seus estudos. Faz-se oportuno reavaliar os ideais por eles defendidos para a educação. Para isto, o autor argumenta sobre a atualidade educacional e a discordância do presente em relação ao tempo sociopolítico estudado por Illich e Freire. Finaliza o texto dizendo que o único compromisso do pensamento educacional é recusar todo voluntarismo pedagogizante e humanista, e se ter a orientação ética e política.

O capítulo 11, Filosofia da educação e escola pública, de Lílian do Valle, é texto dedicado à estreita relação que existe entre a filosofia e a instituição de formação que atravessou a história com o nome de escola pública. A escola pública instituiu, nas mentalidades modernas, o princípio da universalidade da educação básica, da laicidade, da obrigatoriedade do ensino, da gratuidade, da responsabilidade estatal, da seriação, das classes mistas; preceitos hoje colocados em risco. A escola pública sempre teve partido, pois sua tarefa sempre foi política, e não somente instrucional. Muitos desses princípios são atacados, o que nos alerta o quanto a democracia está em risco. A escola pública assenhorou-se dos argumentos e teorias científicas que justificavam a redução dos ideais de formação humana ao desenvolvimento cognitivo dos indivíduos colaborando para transformar o “sujeito isolado” que os modernos idealizaram. A grande vitória da instituição escola pública foi ter o monopólio da difusão do conhecimento “socialmente útil”. A escola pública contemporânea precisa da interferência da filosofia para repensar

novas formas de ser, de ensinar e sedimentar seu compromisso com a construção democrática.

É possível notar que o livro resulta de diferentes perspectivas filosóficas em torno da defesa da questão pública da escola. Os filósofos da educação participantes de atividades da Sociedade Brasileira de Filosofia da Educação têm encontros regulares para a discussão de temas em torno da filosofia da educação, e este livro é um exemplo desta construção coletiva. Como temas fundamentais da sociedade, a formação humana perpassa interesses de escrita e de diálogo da Sociedade e foi possível observar textos que tocaram direta ou indiretamente na formação humana. O volume 2, *Escola: problema filosófico*, acaba de ser publicado também pela Parábola Editorial, de São Paulo. Por certo, uma resenha sobre ele poderá complementar a riqueza de debates feitos e agora publicados pela *Basíliade*, *Revista de Filosofia da FASBAM*.

*Artur José Renda Vitorino*<sup>2</sup>

*Ana Carolina Godoy Terciotti*<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Doutor em história pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). E-mail: arturvitorino@uol.com.br

<sup>3</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). E-mail: aterciotti@yahoo.com.br